

Reforma Tributária Solidária Uma conquista da ANFIP e da Fenafisco para toda sociedade



A Reforma Tributária Solidária (RTS) conquistou seu espaço e mostra a toda sociedade que um sistema que inverta a atual lógica de tributação é possível. “Retirar a tributação do consumo, onde todos os brasileiros, independentemente da renda que possuem, pagam na mesma proporção, para a tributação dos lucros e dividendos, do patrimônio, das grandes heranças, em que a tributação incide sobre as altas rendas, é uma proposta viável e necessária para que o nosso sistema seja justo”, argumenta o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, entidade idealizadora do projeto Reforma Tributária Solidária, juntamente com a Fenafisco (Federação do Fisco Estadual e Distrital).

A ANFIP e a Fenafisco deram um ousado e representativo passo no debate quando, em 2017, reuniu, sob coordenação do professor de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani, um grupo

de acadêmicos e especialistas em tributos para repensar a atual estrutura. E deu certo! Com três obras publicadas, o movimento não só ofereceu um diagnóstico preciso do sistema, como propôs um novo desenho para a tributação brasileira.

Inspirados na RTS, e utilizando diversas propostas elaboradas pelo grupo, as bancadas do PT, PSB, PSOL, PCdoB, PDT e Rede Sustentabilidade lançaram, dia 8/10, uma emenda substitutiva à PEC 45/2019, que trata da reforma tributária. Intitulado “Reforma Tributária, Justa, Solidária e Sustentável”, o documento pode dar à proposta de Emenda à Constituição a justiça que toda a sociedade merece.

A proposta alternativa traz, entre outros pontos, a taxação de grandes fortunas, dos lucros e dividendos, a cobrança de impostos sobre grandes heranças, a taxação de bens de luxo (iates, helicópteros, lanchas), e ainda

cria novas faixas no Imposto de Renda para quem ganha mais.

Estiveram presentes no evento várias autoridades entre eles: o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ); os deputados Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Alessandro Molón (PSB/RJ), Afonso Florence (PT/BA), Alice Portugal (PCdoB/BA) e Gleisi Hoffmann (PT/PR); a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, e o governador do Maranhão, Flávio Dino.

Pela ANFIP, estavam presentes os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges.

Secretário da Receita Federal do Brasil recebe ANFIP
Página 2

Ciro Gomes elogia Reforma Tributária Solidária
Página 3

Lançada Análise de Seguridade Social em 2018
Página 4

Novo secretário da RFB recebe ANFIP para tratar de assuntos da carreira



O Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), José Barroso Tostes Neto, reuniu-se com o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, dia 17/10, em Brasília. Participaram do encontro os vice-presidentes Eucélia Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), José Arinaldo Ferreira (Política de Classe e Salarial), Crésio Pereira (Seguridade Social) e Maria Aparecida Fernandes (Relações Públicas).

“Estou iniciando meu trabalho com muitos desafios, mas pretendemos vencê-los abrindo um diálogo às partes envolvidas com o órgão e pretendemos mantê-lo ao longo do período que estivermos aqui”, disse Tostes Neto.

O primeiro item tratado foi referente à reforma tributária. “Há dois anos a ANFIP trabalha no projeto Reforma Tributária Solidária, em que propõe medidas que visam garantir não só a simplificação, como também a diminuição da desigualdade”, destacou Décio Lopes.

Tostes Neto assumiu a RFB com a missão de estudar a reforma tributária. “Todas as contribuições são bem-vindas. Esse é um estudo muito técnico da ANFIP, que com certeza contribuirá para o debate”, afirmou o secretário.

Outro assunto abordado foi a regulamentação do Bônus de Eficiência. Segundo o secretário, essa questão merece atenção especial do órgão. “Fechamos uma minuta de Decreto que seria encaminhada à Casa Civil, momento em que o Tribunal de Contas da União começou a questionar, principalmente, a isenção da contribuição previdenciária. Apontamos que várias questões seriam resolvidas com a regulamentação. Nosso entendimento, do Ministério da Economia e da AGU, é de que não cabe a interpretação que o TCU está defendendo. Encaminhamos pedido para que o Tribunal reconsiderasse a questão e estamos aguardando a avaliação. A nossa expectativa é prosseguir com a regulamentação”, destacou Tostes.

Sobre a reestruturação da RFB, o secretário afirmou que está revendo todo o projeto. “A proposta anunciada já está na Casa Civil e provavelmente não haverá tempo de modificá-la. Mas a publicação desta não vai impedir a publicação de uma nova proposta futura”, explicou Tostes.

A ANFIP ainda tratou sobre a implantação do ponto eletrônico. Segundo a Receita, o sistema está em andamento independentemente da reforma

administrativa da RFB. Está avançando bastante a questão do teletrabalho, no qual o Auditor que realiza fiscalização externa se enquadra.

Outro questionamento da Entidade foi em relação à privatização do Serpro e da Dataprev. “Nossa preocupação é que são dados públicos e que não poderiam estar em mãos de pessoas que não sejam do Estado”, afirmou o presidente da ANFIP. Segundo o secretário, isso já é assunto resolvido pelo governo e provavelmente pode seguir o modelo adotado pelos Estados, de ter um datacenter interno para rodar os sistemas.

O efeito da Lei de Abuso de Autoridade também foi apresentado ao secretário da Receita. “A ANFIP já entrou com uma ADI por entender que essa lei impediria o trabalho da fiscalização”, relatou Décio Lopes. O secretário afirmou que ainda não se debruçou sobre o assunto, mas ponderou os erros cometidos na utilização do instrumento de repasse de informações pelo órgão.

Sobre a Resolução ANAC nº 515/2019, que mantém tratamento diferenciado entre a Polícia Federal e a Receita Federal nos procedimentos de inspeção nos aeroportos, Tostes Neto explicou que o Ministério da Economia encaminhou uma minuta de portaria para o Ministério da Infraestrutura, mas ainda não obteve retorno.

Durante o encontro, a ANFIP entregou o livro Análise da Seguridade Social para o secretário da Receita. “Conhecemos a longa trajetória em prol do fortalecimento do órgão e da carreira. A ANFIP tem muito a contribuir”, disse Tostes Neto.

Expediente **Linha Direta**

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Tiago Kirixi
Manina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arnaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Ciro Gomes elogia projeto da RTS



A proposta de Reforma Tributária Solidária foi discutida com o ex-deputado federal e ex-ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, em reunião dia 3/10, no Ceará.

Na ocasião, foram analisadas as reformas tributárias em tramitação no Congresso Nacional – PEC 45/2019 e PEC 110/2019, e seus impactos para a sociedade brasileira.

Ciro Gomes, que já conhecia a RTS, elogiou o trabalho e disse que muitos pontos deveriam ser aproveitados para uma verdadeira reforma do sistema de

impostos, visando penalizar menos a tributação sobre aqueles com menor renda. Enfatizou também o papel da ANFIP na defesa dos interesses da coletividade e defendeu a necessidade de uma autonomia profissional da Receita Federal do Brasil.

Pela ANFIP, participaram da reunião o presidente **Décio Lopes** e conselheiros. A presidente da Fundação ANFIP, **Aurora Miranda**, o presidente da ANFIP-CE, **Gilson Ferreira**, e a diretora **Ercília Brandão**, além da associada **Rita Cardoso**, também estiveram presentes.

Entidades tratam de reforma administrativa no Ministério da Economia



A sugestão de reforma administrativa do governo federal deve ser apresentada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição, foi o que informou o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoas (SGP) do Ministério da Economia, **Wagner Lenhart**, durante reunião com representantes do Fonacate, dia 24/10.

De acordo com o secretário, o governo federal reconhece que o serviço público tem seus quadros de excelência, porém algumas áreas ainda “não estão conseguindo entregar os resultados que a população espera”. **Lenhart** disse ainda que estão otimistas com a PEC que será sugerida, pois foi construída por um conjunto de servidores públicos efetivos e comissionados daquele Ministério, e que o “objetivo da reforma

é viabilizar um ambiente estimulante e atrativo para o servidor”.

O secretário também garantiu que o governo não pretende mudar o que já está posto no ordenamento jurídico e que haverá respeito ao direito adquirido, como a estabilidade, as remunerações e que não há previsão de demissões.

“Queremos saber se em algum momento o governo parou para pensar em como será essa dicotomia do novo serviço público versus o atual. Será que o Estado vai dar as melhores condições para todos esses servidores trabalharem? O que ouvimos na mídia tem sido assustador”, ponderou **Décio Lopes**, presidente da ANFIP.

Confira na página da ANFIP a matéria completa da reunião.

Relançada Frente Parlamentar do Serviço Público



“Enquanto entidade de servidores, sempre dissemos que não existe população sem Estado. Não existe serviço público sem Estado. E Estado não é governo. Governo vamos ter muitos. Mas os governos passam. O Estado fica. Servidores, uni-vos. Quem faz o Estado somos nós”. Esse foi o alerta do presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, no relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, realizado dia 23/10, na Câmara dos Deputados, que contou ainda com a presença de conselheiros da Entidade.

Unificando a luta dos servidores das três esferas (União, Estados e municípios) a Frente, lançada em 2007 e relançada em 2016, volta em 2019 a ser instrumento de luta em prol do serviço público. Agora, sob coordenação colegiada dos deputados **Alice Portugal** (PCdoB/BA) e **Daniilo Cabral** (PSB/PE) e dos senadores **Paulo Paim** (PT/RS) e **Zenaide Maia** (Pros/RN), a Frente terá como trincheira a resistência contra a reforma administrativa que o governo deverá enviar em breve ao Legislativo.

Décio Lopes criticou as privatizações que se avizinham, especialmente por representar o abandono do Estado às necessidades básicas e fundamentais da maioria da população brasileira, e reforçou a importância de todos se unirem em defesa do desenvolvimento nacional. “Nós, servidores públicos, formamos o Estado brasileiro. Se não lutarmos, estaremos com nossos dias contados”, disse sobre os rumores do fim da estabilidade, dos cargos efetivos e de outras medidas de diminuição da administração pública. “Essas iniciativas do Congresso dão mais legitimidade no sentido de defender a existência de um serviço público de qualidade”, enfatizou o presidente.

Análise da Seguridade Social é lançada no Senado e na Câmara



O livro “Análise da Seguridade Social em 2018”, produzido pela ANFIP e pela Fundação ANFIP, teve dois importantes lançamentos, um no Senado (Comissão de Direitos Humanos), dia 10/10, e outro na Câmara (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público), dia 9/10.

O estudo apresenta as receitas e despesas da Seguridade Social no ano de 2018 e demonstra como os efeitos da crise econômica e a fragilidade das medidas governamentais para a sua superação dificultam ainda mais a recuperação de sua plena capacidade. “Em 2018, houve necessidade de financiamento na ordem de R\$ 58 bilhões. Esse resultado tem pontos que devem ser reconsiderados, que são as renúncias fiscais, ausência de um crescimento econômico, desemprego alarmante, decréscimo do Produto Interno Bruto”, explicou o presidente Décio Lopes.

Os senadores Flávio Arns (Rede/PR), Zenaide Maia (PROS/RN), Fabiano Contarato (Rede/ES), Paulo Paim (PT/RS) e Paulo Rocha (PT/PA) participaram do lançamento. Na Câmara, presidiu a mesa da Comissão a deputada Flávia Moraes (PDT/GO).

Participaram do lançamento conselheiros da ANFIP, bem como o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vanderley Maçaneiro, a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, que compuseram as mesas das Comissões. O presidente da ANFIP destacou a importante contribuição dada pelos Auditores Fiscais Cicero Viana de Souza (MA), Janira dos Santos Gomes (RN), Luiz Weschenfelder (RS) e Paulo Correa Rodrigues (RS). A publicação está disponível no menu “publicações” – “livros” na página www.anfip.org.br.

ANFIP defende carreira em visita ao Sindifisco



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, esteve dia 23/10 com o presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral, para discutir pautas comuns e de interesse da categoria.

Os dirigentes trataram sobre a Medida Provisória 899/2019 (do Contribuinte Legal), que estabelece os requisitos e as condições para que a União e os devedores realizem transação envolvendo débitos tributários. Falaram ainda sobre o Bônus de Eficiência, reestruturação da Receita Federal, Reforma Administrativa, Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019) e Reforma Tributária Solidária. Sobre este último, de iniciativa da ANFIP e

da Fenafisco, Décio Lopes convidou o Sindifisco Nacional a conhecer e participar dos debates deste projeto.

“Temos que trabalhar sintonizados na defesa da categoria, em busca de um único objetivo. Só assim a tornaremos mais forte e respeitada. Não só a carreira, mas é preciso fortalecer a RFB”, afirmou o presidente da ANFIP.

Pela ANFIP, também participaram da reunião os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Eucélia Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) e Luiz Mendes Bezerra (Finanças).

ANFIP e Fundação tratam de capacitação profissional na Cogep



O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, e a vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, junto à presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, participaram de reunião, dia 10/10, na Coordenação Geral de Pessoas do Ministério da Economia, para tratar sobre capacitação profissional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Pela Cogep, estiveram presentes o coordenador-geral, Paulo Faria Marques; o chefe da Divisão de Capacitação, José Paulo de Oliveira; a coordenadora de Desenvolvimento de Competências Institucionais, Mara Lucia Monteiro Vieira; e a coordenadora de Administração de Pessoas, Juliana Diniz.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação entre a Secretaria da RFB e a Fundação ANFIP, o objetivo é trabalhar de forma conjunta para oferecer formação técnica e de aperfeiçoamento, para fins de avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção na carreira. “Quanto mais parceiros pudermos ter, melhor será a nossa capacidade de oferecer cursos para os servidores”, disse Paulo Marques. Ele enfatizou que são necessários cursos customizados, principalmente após a edição do Decreto 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP).

Aurora Borges explicou que a ANFIP já possui uma plataforma de educação a distância, a EVA, e que esse espaço digital está disponível para a inclusão de novos cursos. Por fim, ficou acordado que a Cogep vai passar os dados e informações de cursos de interesse dos servidores para que a ANFIP e a Fundação ANFIP desenvolvam as atividades plataforma EVA.

Reforma da Previdência é aprovada

O Plenário do Senado concluiu a votação da PEC 6/2019, da reforma da Previdência, dia 23/10, após aprovação de destaque que suprime a vedação do enquadramento por periculosidade para fins de aposentadoria especial. O texto será promulgado, em sessão conjunta do Congresso Nacional, até dia 19/11. Na ocasião, também será convertida na Emenda Constitucional nº 103/2019. Na página da ANFIP na internet é possível acessar o texto final e um quadro sintético com as principais regras aprovadas.

CCJ - Ao longo do mês de outubro, a ANFIP trabalhou para suprimir do texto o artigo que revogava as regras de transição dos servidores que ingressaram no serviço público até 16 dezembro de 1998. O pedido foi feito pelo vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, durante audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, dia 17/10, o segundo encontro



da Comissão para debater a PEC 133/19, chamada PEC Paralela da Previdência, desdobramento da PEC 6/2019.

“O artigo 37 do texto da reforma revoga explicitamente o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, que estabelece as regras de transição. Estamos falando de estabilidade e de paridade. Ou seja, estamos a discutir uma situação jurídica de pessoas que têm no mínimo mais de 45 anos de idade e mais de 21 anos de serviço”, esclareceu

Gheller. Para o vice-presidente, trata-se de segurança jurídica e da aplicação de normas já reformadas no sistema previdenciário.

A ANFIP também acompanhou a primeira reunião da CCJ, dia 16/10, representada pelos vice-presidentes Eucélia Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial). Todas as apresentações deste encontro estão na página da ANFP na internet.

Observatório de Previdência: grupo do RGPS apresenta relatório

A vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, participou dia 11/10, em Brasília, da reunião do Observatório de Previdência, grupo de trabalho criado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, com o objetivo de avaliar o modelo de projeções fiscais do Regime Geral de Previdência Social — RGPS.

Na oportunidade foi apresentado o relatório final com a descrição das atividades realizadas, resultados alcançados e propostas formuladas. Dentre as críticas quanto à metodologia, o relatório indica que “as projeções de receitas podem ser realizadas de forma mais desagregada”.

Tendo em vista que o relatório final não foi claro quanto às receitas necessárias para o financiamento da Seguridade Social, principalmente da Previdência Social, Eucélia Mergár sugeriu que se definam as receitas capazes de otimizar a arrecadação previdenciária, especialmente nesse momento em que a reforma da Previdência prevê a segregação das receitas e despesas de cada uma das áreas da Seguridade Social, sem fazer nenhuma previsão para o fortalecimento das receitas.



A ANFIP sugere que sejam efetuados estudos e projeções de novas fontes de custeio que deem sustentabilidade ao sistema de Seguridade Social, para que as reformas não enxerguem a Previdência apenas pelo lado da despesa sem prever mecanismos para sua sustentabilidade. Na oportunidade, Eucélia Mergár entregou ao secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, a Análise

de Seguridade Social em 2018.

Com a edição do Decreto nº 10.047/19, que instituiu o programa Observatório de Previdência e Informações do Cnis e as diretrizes para o seu funcionamento, devem ser constituídos novos grupos de trabalho para dar continuidade aos estudos das projeções com a implantação dos aprimoramentos sugeridos, de acordo com o cronograma apresentado no relatório final.

Jurídico

ANFIP disponibiliza ação sobre percentual do anuênio

A ANFIP disponibiliza aos seus associados a propositura de ações que tenham como objeto o percentual do anuênio.

O adicional por tempo de serviço, também conhecido como anuênio, foi revogado pela Medida Provisória 2225-45/2001. Assim, a revogação se deu garantindo o recebimento do percentual que existia em 8 de março de 1999. Dessa forma, as situações já constituídas até 8

de março de 1999 devem ser respeitadas.

Contudo, como os Auditores recebiam por subsídio, não havia como incidir o percentual de anuênio. Ou seja, com o retorno dos vencimentos na remuneração dos Auditores, é obrigatória a incidência do PERCENTUAL de anuênio que existia em 8 de março de 1999.

Para realizar adesão acesse a página www.anfipjuridico.com.br.

ANFIP ajuíza ADI contra Lei de Abuso de Autoridade

A ANFIP ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF), dia 14/10, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e contra a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019), que criminaliza atos praticados por agente público.

A ADI aponta que os artigos 27, 29 e 31, da referida lei, restringem e colocam obstáculos para o exercício pleno da atividade fiscal, tendo em vista que os mencionados dispositivos criminalizam a atuação legal por parte dos Auditores Fiscais.

Ademais, é apontado na Ação Direta de Inconstitucionalidade que há colisão de princípios constitucionais sensíveis quanto à administração

pública tributária, o que torna necessária a análise dos dispositivos questionados no campo da razoabilidade e proporcionalidade para que de forma constitucional interajam com os demais dispositivos normativos.

Tramitação da lei

Aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 2019, a lei foi sancionada em setembro pelo presidente Jair Bolsonaro. No fim de setembro, o Plenário do Congresso Nacional derrubou 18 itens dos 33 vetados.

A ANFIP espera, agora, o breve pronunciamento da Suprema Corte no sentido de declarar inconstitucionais os dispositivos da lei, que inviabilizam hoje a atuação do Auditor Fiscal.

Associado, saiba como solicitar ação de correção do Pasep

A ANFIP oferece aos seus associados e demais interessados a propositura de ações judiciais em que se pleiteia a condenação do Banco do Brasil ao pagamento dos valores devidamente atualizados da conta Pasep.

Poderão ingressar com as ações os trabalhadores que ingressaram no serviço público até setembro de 1988 e sacaram o saldo do Pasep há menos de cinco anos. Estes têm o direito à diferença de correção monetária dos valores depositados nas contas a título do Pasep.

É importante ressaltar que os filiados da ANFIP têm valores de honorários advocatícios diferenciados.

Saiba mais sobre o Pasep no “perguntas e respostas” do link https://direitodoservidor.com.br/portais/anfip/duvidas_pasep.html

Para falar com o Setor Jurídico da ANFIP, entre em contato, preferencialmente, pelo e-mail juridico@anfip.org.br, ou pelos telefones (61) 98176-9051 (WhatsApp) e 3004-9197.

Benefícios



Férias no Caribe

A Sheila Turismo, parceira da ANFIP no Clube de Vantagens, montou pacotes completos de férias em cruzeiro marítimo para associados rumo ao Caribe Sul e Antilhas, com as melhores condições do mercado e toda comodidade e praticidade. Para mais informações, entre em contato pelo telefone (19) 3446-3446 / (19) 99630-6955 (falar com Thelma) e/ou acesse o site www.sheilaturismo.com.br/.



Compras on-line

Os associados da ANFIP têm descontos especiais na compra de produtos nos sites das lojas parceiras do clube de benefícios. Acesse a plataforma ANFIP Tem + Vantagens e confira todos os benefícios em viagens, hotéis, estética, vestuário, eletrodoméstico, automóveis e muito mais.

Confira o passo a passo para ativar a sua conta:

1º – Acesse a plataforma <https://anfip.temvantagens.com.br/login>

2º – Clique em ativar cadastro no topo da página

3º – Insira seu CPF e, em seguida, preencha seus dados

4º – Confirme seu cadastro no e-mail recebido



SOS Remoção

Os associados da ANFIP usuários do plano de saúde Unimed ANFIP têm acesso aos planos de remoção SOS Remoção e Cenemed. Confira na editoria Benefícios, da página www.anfip.org.br, as características de cada produto, o que oferece, formas e abrangência de atendimento e como contratar. Este é mais um produto voltado para o atendimento das exigências de nossos associados.

No seu Estado

ES: Comissão Especial debate Reforma Tributária



A Comissão Especial da Reforma Tributária (PEC 45/2019) realizou, dia 4/10, seminário regional na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), em Vitória. A ANFIP esteve representada pela vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Agrizzi Mergár.

O objetivo foi discutir os impactos da medida, que tramita na Câmara dos Deputados e prevê a extinção de três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). Pela proposta, eles serão substituídos pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo.

MG: Ações contra a reforma administrativa



A vice-presidente de Política de Classe da ANFIP-MG, Ilva Franca, participou, dia 19/10, em Belo Horizonte,

do seminário Reestruturação do Estado Brasileiro e seus impactos no Judiciário Federal, promovido pelo Sitraemg.

Em sua exposição, Ilva Franca ressaltou a necessidade de se conscientizarem os servidores públicos sobre as alterações que estão sendo propostas com a reforma administrativa; listou algumas dessas alterações; e falou que a intenção é trabalhar para minimizar os prejuízos que estão por vir.

CE: Reunião com associados do Ceará



Integrantes do Conselho Executivo da ANFIP participaram dia 3/10 de reunião com associados do Ceará. O encontro

foi promovido pela ANFIP-CE, na sede social em Fortaleza. Na oportunidade foram tratados de diversos assuntos, como as reformas em tramitação, processos judiciais, benefícios e convênios para os associados.

AANFIP-CE esteve representada pelo presidente Gilson Fernando Ferreira de Menezes, além da participação de diretores da Regional e de diversos associados.

RJ: Alerj coloca em pauta reforma tributária



No dia 7/10, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a Reforma Tributária (PEC 45/19) realizou um seminário na Assembleia Legislativa

do Rio de Janeiro (ALERJ). A presidente da ANFIP-RJ, Leila Signorelli, e o vice-presidente de Política de Classe e Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, acompanharam o debate.

Compuseram a mesa de abertura os deputados federais Hildo Rocha (MDB/MA) e Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), além dos parlamentares Marcelo Calero (Cidadania/RJ), Paulo Ganime (Novo/RJ) e Pedro Paulo (DEM/RJ), integrantes da comissão.

SP: I Fórum Jurídico reúne associados



A ANFIP-SP realizou, dia 17/10, o I Fórum Jurídico, apresentado pela diretora Jurídica da Estadual, Margarida Lopes de Araújo. A ocasião recebeu a presença dos vice-presidentes da ANFIP Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e do assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O Fórum foi pensado com o objetivo de trazer informes periódicos e atualizados das ações judiciais, junto aos próprios escritórios, tornando os participantes mais informados sobre aquilo que lhes é de direito e tratando de questões jurídicas e seus esclarecimentos, demandas recorrentes dos associados.

RS: Cobap promove Congresso em Gramado



A ANFIP participou dia 24/10 da abertura do XXV Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos realizada, em Gramado (RS), promovido pela Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap).

Compondo a mesa, o assessor de estudos socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, falou sobre a situação atual dos afetados pelas reformas em andamento. Segundo ele, após a aprovação da reforma previdenciária, a ANFIP trabalhará para evitar que mais direitos sejam retirados. “A entidade continuará fazendo a defesa dos aposentados brasileiros e da Seguridade Social, que essa reforma esfacelou”, afirmou.